



EDITORIAL

A inflexão da violência no Pará e a presença policial feminina.

Sandoval Bittencourt de Oliveira Neto

Por três anos consecutivos, o Governo do Pará vem alcançando resultados consistentes na oferta de segurança à população paraense. A atual gestão conseguiu levar o Pará, em 2022, do ranking dos estados mais violentos do Brasil ao topo entre os que mais reduziram a criminalidade. A redução dos crimes em geral parece estar associada ao expressivo aumento do policiamento ostensivo no espaço público. Municípios paraenses que no passado recente figuraram entre os mais violentos do Brasil são hoje mais bem policiados.

A realidade desponta promissora e autoriza imaginar um premente novo *ethos* para a segurança pública, cidadão e democrático, notoriamente assinalado pela força e competência da presença feminina nas fileiras da Polícia Militar do Pará, um ambiente predominante masculino, mas onde a participação das mulheres ganha crescente visibilidade, por exemplo, no comando de unidades operacionais.

Nesta edição, com satisfação, foram reunidos textos que apresentam os alvissareiros resultados alcançados pelas organizações do sistema de segurança pública no Pará e que colocam em destaque a valiosa participação das nossas policiais.

O artigo de Edson Marcos Leal Soares Ramos avalia os indicadores de criminalidade violenta do estado do Pará, no período de janeiro de 2018 a junho de 2022, com enfoque quantitativo exploratório dos dados extraídos dos Boletins de Ocorrência Policial que registraram os crimes violentos letais intencionais (homicídio; latrocínio; lesão corporal seguida de morte; morte por intervenção de agente do estado) e das informações populacionais do Pará, disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Os resultados da análise indicam a expressiva queda nos quantitativos e nas taxas por 100 mil habitantes dos crimes violentos com, aproximadamente, 6 mil vidas preservadas.

As pesquisadoras Tatiane da Silva Rodrigues Tolosa, Elcimar Maria de Oliveira Lima e o pesquisador Ronaldo Braga Charlet escrevem sobre a construção de espaços na Polícia Militar do Pará, em uma perspectiva de gênero, destacando a sua importância devido às especificidades das relações entre ser homem e ser mulher, principalmente em locais predominantemente masculino. Apresentam os resultados do estudo qualitativo realizado por meio de entrevista com policiais militares femininas paraenses, que relataram as dificuldades e conquistas ao longo de quatro décadas de empenho profissional, inteligência e competência no desenvolvimento das diversas modalidades e tipos de policiamento. No entanto, asseveram que restam desafios e caminhos a serem trilhados.

Alethea Maria Carolina Sales Bernardo, Edson Marcos Leal Soares Ramos e Silvia dos Santos de Almeida tratam dos impactos da atuação do programa Patrulha Maria da Penha da Polícia Militar do Estado do Pará, quanto à fiscalização do cumprimento das medidas protetivas de urgência, na redução dos casos de violência doméstica contra a mulher no município de Belém, Pará, no período de dezembro de 2016 a fevereiro de 2019, por meio de estudo quantitativo e qualitativo, documental, exploratório e descritivo. Identificam o perfil da maioria das mulheres atendidas pela Patrulha Maria da Penha do Pará e apontam que no período analisado houve a redução de mais de 70% dos registros de ocorrências em casos de violência domés-

tica das mulheres assistidas, assim como nenhuma das vítimas assistidas sofreu lesão grave. Destacam o impacto considerável do programa na fiscalização das medidas protetivas.

O artigo de Manoel Vale de Araújo Júnior e Sílvia dos Santos de Almeida analisa a relação entre a pandemia de Covid-19 e a violência contra crianças e adolescentes, considerando a comparação entre os meses de março a julho dos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020, especificamente por conta do isolamento social na cidade de Belém do Pará, nesse período de pandemia. Um estudo documental dos registros da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, disponibilizados pela Secretaria de Inteligência e Análise Criminal, tratado com a estatística descritiva a fim de verificar o quantitativo e percentual de registro e as características das vítimas. Constatam que, de 2017 a 2020, houve prevalência de uma tipificação de violência: o estupro. Concluem que houve redução dos registros de violência contra crianças e adolescentes, porém as vítimas do sexo feminino permanecem vulneráveis, na medida em que sobressaiu a violência sexual ao longo dos anos.

Por sua vez, os pesquisadores Clay Anderson Nunes Chagas, Itamar Rogério Pereira Gaudêncio, Jorge Fabrício dos Santos e Josivane do Carmo Campos apresentam o conceito e a aplicabilidade da “gamificação” no ensino e treinamento de procedimentos operacionais como forma de padronizar a atuação dos policiais militares. Apresentam os resultados da pesquisa aplicada, mista e exploratória, bibliográfica e documental em livros, artigos científicos e legislações, para posterior análise da efetiva aplicação. Nos resultados, fica evidente que a utilização da gamificação no ensino possibilita que o processo de ensino-aprendizagem seja mais efetivo. Concluem que se faz necessária a institucionalização da metodologia da gamificação na PMPA.

Marcello Martinez Hipólito pondera sobre a falência do trabalho da polícia direcionada para a preservação da ordem pública, particularmente, na prevenção criminal concentrada na repressão por meio da prisão. Questiona a validade do foco principal no crime para a sua prevenção e indica como terminologia adequada a noção de risco, trazida da epidemiologia e da saúde pública, e o direcionamento principal das atividades da polícia para os fatores de risco que interferem na criminalidade baseado na filosofia de Polícia Comunitária, de maneira a produzir bons resultados na prevenção da violência e da criminalidade.

Francisco Bernardo Bilério analisa aspectos éticos em pesquisa social, contextualizada para os estudos criminais em Moçambique, partindo do princípio de que o desenvolvimento de qualquer estudo deve primar pela observância de aspectos éticos. Por meio da revisão bibliográfica, complementada pela experiência vivida pelo autor durante a elaboração do seu projeto de tese de doutoramento em Desenvolvimento e Sociedade. Avalia que os estudos criminais desenvolvidos no contexto moçambicano não passam por uma avaliação ética, e tal fragilidade se deve à ausência de um comitê específico para o efeito. Assim, entende que o desafio ético em estudos criminais passa necessariamente por superar o informalismo ético para a ética formal, a partir da criação de um Comitê Ético de Pesquisa especializado, bem como a introdução dessas matérias nos currículos de ensino superior.

Nossa entrevistada nesta edição é a 3º sargento Darilene Monteiro Moura, a primeira policial militar brasileira a participar de missão de paz das Organizações das Nações Unidas. Uma inspiradora trajetória merecidamente colocada em foco.

Encerrando o segundo número, Alex Gabriel Gonçalves da Silva joga luz sobre a recém-criada Seção de Pesquisa Científica (PM-8), mais um avanço na área da educação e pedagogia na PMPA. Notável iniciativa organizacional direcionada à excelência do serviço de policiamento humanizado, democrático e dedicado à sociedade.

Boa leitura!

Fotografia: Jorge Texeira, 2022.

